



NEPAN

MUIRAQUITÃ

Revista de Letras e Humanidades

O RESGATE DE UMA LÍNGUA: A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA QUÉCHUA

THE RESCUE OF A LANGUAGE: THE CONSTRUCTION OF QUECHUA WRITING

Emilania Sousa Cabral¹

RESUMO: A língua com que uma sociedade se comunica é de vital importância. É através da língua e de suas variadas possibilidades de comunicação, que uma sociedade desenvolve valores regionais, socioeconômicos e culturais que se apresentam dentro de um processo histórico da linguagem. Deste modo, a língua representa de forma cristalizada a cultura de uma determinada sociedade. A língua quéchua teria uma antiguidade de cerca de cinco mil anos e se originado no Peru. Durante o Império Inca o quéchua se transformou na língua geral para comunicação entre os povos que falavam diferentes línguas e se consolidou como língua da administração e controle, bem como para a transmissão de saberes. Qualquer idioma está relacionado com a história e memória de um povo e está intrinsecamente relacionado aos conhecimentos e visões de mundo e à sua transmissão às futuras gerações, por isso é importante a preservação do quéchua, a fim de preservar e transmitir os conhecimentos milenares dos povos andinos.

Palavras-chave: Quéchua. Povos Andinos. Resgate. Escrita.

ABSTRACT: The language with which a company communicates is of vital importance. It is through language and its various possibilities of communication that a society develops regional, socioeconomic and cultural values that appear in a historical process of language. In this way, the language represents so crystallized the culture of a given society. The Quechua would have an antiquity of around 5000 years ago and originated in Peru. During the Inca Empire the Quechua became the General language for communication between people speaking different languages and consolidated itself as the language of administration and control, as well as for the transmission of knowledge. Any language is related to the history and memory of a people. The language is closely related to knowledge and worldviews and to your transmission to future generations, so it is important to the preservation of Quechua in order to preserve and transmit the knowledge of ancient Andean peoples.

Keywords: Quechua. Andean Peoples. Rescue. Written.

O movimento dentro e entre nações, regiões e comunidades é uma constante desde os tempos remotos. Nas últimas décadas do século XX, o processo de globalização estremeceu as bases que davam sustentação aos Estados nacionais minando os conceitos anteriormente ditados sobre fronteira como “limite”, provocando conflitos, o que na verdade sempre se fez presente, mas se acentuou nos últimos tempos. Neste processo as fronteiras formais já não representam nacionalismos ou limites da soberania de um povo.

¹ Graduação em História - Universidade Federal do Acre; Tradutora e Intérprete Juramentada (Português/Espanhol/Espanhol/Português). Mestra em Letras - Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre/Ufac. Especialista em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências - Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa.

A concepção de fronteira deixou de ser analisada apenas sob o ponto de vista de limitação, expressando a mudança no modo como a sociedade contemporânea ocidental passou a ser orientada no âmbito das fronteiras. Sob esta perspectiva, a fronteira é um lugar de ebulição discursiva, promotora de constantes encontros e fluxos onde as “identidades” são continuamente desconstruídas e reconstruídas através de interações e trocas. No processo de travessia, a fronteira é símbolo e espaço de mobilidade e transitoriedade e cruzar a fronteira abre caminho para a apreciação de elementos culturais do “outro”, dando início a um processo de intensos intercâmbios identitários. “Outro” também é o lugar daqueles que vivem a experiência do trânsito e da passagem, do exílio e da diáspora, e que refletem sobre sua condição de desterritorializados/reterritorializados onde o espaço é o elemento de trânsito, de mudança e continuidade, de uma sucessão infinita de limites que tanto podem unir como opor. Fronteiras, com efeito, constituem lugares e espaços onde as efervescências culturais acontecem, onde a dinâmica cultural produz trocas e intensos processos de rupturas, de fragmentações e dissensos e onde as diversidades podem ser traduzidas.

As fronteiras são construídas e vividas em uma realidade caracterizada por fluxos de pessoas (fluxos estes sustentados pela alteridade contraditória de desterritorializações e reterritorializações, de saídas e chegadas, de raízes e itinerários) onde os sujeitos vivem dentro e através de fronteiras geográficas. Elas são líquidas e moventes e os contatos implicam uma constante dialética entre o “eu” e o “outro”. São sinônimos de passagem, de trânsito, de errâncias e desvios que nos permitem viver entre códigos e línguas, com encontros e contatos que ultrapassam limites e margens. Nestes termos, os encontros e contatos possuem múltiplos significados. Ora indicam a descoberta de algo, ora indicam um local de confluência. Assim, a fronteira é, sobretudo, um lugar de relação e as vivências e experiências realizadas nela erguem novos prismas para as adaptações humanas.

No que concerne às fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, a historicidade e a proximidade geográfica destes três países proporcionaram, ao longo destes mais de cem anos de ocupação amazônica, um incessante fluxo de interações e trocas, onde valores culturais se configuraram e continuam se configurando. Neste sentido, a representação construída permite pensar que há um significado de fronteira específico, constituído no universo da Amazônia, mostrando que a fronteira é algo que separa politicamente, mas, também, um espaço social que une povos, culturas e experiências históricas e sociais sólidas.

Nesse espaço de fronteira, a construção de imaginários coletivos e de utopias fundadoras é definida por sua complexidade discursiva. A Amazônia Sul Ocidental é simultaneamente uma realidade geográfica que desenvolve a convivência e as trocas interculturais e é também uma metáfora literária ao passo que preserva o passado e fomenta o imaginário. Nos interstícios de culturas o imaginário se concretiza e abre caminho para um processo de constante interação.

A tríplice fronteira da Amazônia Sul Ocidental é um espaço de relação, mobilidade e reconstrução constantes. Um espaço simbólico abarrotado de sentidos que representa a incessante busca por um espaço utópico (FOUCAULT, 2001). Ela está em movimento e em todo lugar, apontando para uma questão crucial: cada sujeito possui sua singularidade e a diferença permite reconhecer o “outro” enquanto sujeito, embora sua construção possua um marco histórico e uma região geográfica comum.

O contexto histórico que envolve as áreas do Acre e da Bolívia e Peru nos remete à discussão das fronteiras brasileiras — ao norte do país — quando o espaço amazônico, particularmente o sul-ocidental, se encontrava em processo de definição entre o Brasil, Bolívia e Peru. O marco histórico para a definição dessa fronteira se singulariza com os eventos que envolvem o surgimento do

Acre, enquanto unidade produtiva de borracha no final do século XIX, mas que reconhecidamente pertencia à esses dois países.

A historicidade sociocultural da Bolívia apresenta uma diversidade étnica e cultural riquíssima, onde viveram as civilizações Tiwanaku e Inca, além de povos Aymara e Quéchua, estes dois últimos tendo sido submetidos ao Império Inca. No contexto histórico da colonização espanhola, a partir do Século XV, a região boliviana e peruana constituía o Vice-reino do Peru, possessão e domínio do Império Espanhol, conquistado após resistência e lutas dos povos nativos.

O Departamento de Pando ao apresentar caracteres amazônicos, o torna geograficamente e culturalmente peculiar no contexto andino predominante da Bolívia. Fazendo fronteira com o Estado do Acre, esse departamento possui duas etnias: *Cambas*, provenientes da mestiçagem entre indígenas e espanhóis e *Collas*, vindos do altiplano, em sua maioria, durante a reforma agrária boliviana de 1952. Posteriormente, o processo de migração em massa do Altiplano para as terras baixas amazônicas foram estimuladas pelo governo central em razão de reformas agrárias que prometiam uma melhoria nas condições gerais dos trabalhadores bolivianos.

As referências que fazemos à desarticulação das distintas histórias regionais se devem às formas de ocupação e exploração da terra, às variações geográficas e a forte identidade indígena e explica generalizadamente como a Bolívia, apesar de estar circunscrita dentro de uma fronteira geopolítica, possui uma conflituosa unidade nacional, gérmen de instabilidades no país. A Bolívia apresenta hoje uma complexidade cultural que tem ocasionado, com mais ênfase nos últimos anos, convulsões sociais embasadas por discursos nacionalistas que dividem este país, étnica e culturalmente.

A região sul do Peru compreende os Departamentos de Madre de Dios, Cusco e Puno que perfazem a Amazônia peruana. Esta região possui uma história rica e complexa que remonta a milhares de anos, muito antes do domínio incaico e, posteriormente, espanhol. Nesta região se registrou intercâmbios culturais entre sociedades andinas e amazônicas.

Madre de Dios era parte do antigo Império Inca na região conhecida como Antisuyo². A conquista da região foi difícil para os incas devido aos enfrentamentos contra as tribos aguerridas que habitavam a região e pelo desconhecimento que tinham da área (LLOSA, 2006). Durante o período colonial peruano houve inúmeras expedições com resultados catastróficos para os espanhóis, devido ao desconhecimento da região, as doenças tropicais e a resistência indígena³.

Por volta de 1945, com o processo de urbanização da sociedade peruana, ocorre uma “desindianização”⁴. A migração para as cidades, a crise do Estado oligárquico peruano e a falência de suas principais expressões culturais contribuíram para esta mudança. O processo de “desindianização” foi abrupto, ocorreu em todo o país e produziu uma população sobretudo urbana, mas também rural, que se autodenominou *cholla*. Entretanto, segundo Quijano (2009) a dualidade cultural (*criollo*/índio) não deixou de existir. Apesar da *cholificación*, aristocracia (cultura *criolla* dominante) e plebe (*chollos*) serem a chave para interpretar a sociedade peruana. A região amazônica peruana tem convi-

2 O Império Inca surgiu no século XV e durou cerca de cem anos até ser esmagado pelos espanhóis. Era conhecido como a terra dos quatro quadrantes, ou quatro partes: Chinchaysuyu, o Kantisuyu, o Antisuyu e o Kollasuyu. A capital do Império era o Tawantinsuyu (que literalmente significa quatro partes), cuja capital era Cuzco (MANN, 2007). O Kollasuyu compreendia as regiões do Peru e da Bolívia, por isso temos neste dois países um resgate étnico que se denomina Colla.

3 Vasco Nuñez de Balboa chegou à costa peruana em 25 de setembro de 1513 e abriu caminho para a conquista do Império Inca, que os espanhóis chamaram Peru, devido ao nome de um pequeno rio na costa norte peruana. Contudo, foi Francisco Pizarro o grande conquistador do Império, que chegou à capital Cusco, em 15 de novembro de 1533 (Ruiz, 2010, p.24). O Peru foi uma colônia espanhola até sua Independência em 1821.

4 “Desindianização” ou “*cholificación*” é um termo utilizado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano para descrever as mudanças culturais ocorridas no Peru, com a interação entre os costumes e tradições indígenas e a vida nas cidades.

vido durante séculos com a exploração econômica e a dominação cultural; afetada pelas convulsões culturais o país não possui uma “identidade” homogênea e cindida.

A Amazônia Sul Ocidental é um desafio para o imaginário dos sujeitos destes três países que carregam em suas próprias histórias os traços de uma “identidade fragmentada” e traz implicações mais profundas e de longo alcance. O sujeito que transita na fronteira está em contato não apenas com os idiomas português e espanhol, está em contato com idiomas como o quéchua e aymara, impregnados de saberes e visões de mundo de culturas milenares.

A língua com que uma sociedade se comunica é de vital importância. É através da língua e de suas variadas possibilidades de comunicação, que uma sociedade desenvolve valores regionais, socioeconômicos e culturais que se apresentam dentro de um processo histórico da linguagem. Deste modo, a língua representa de forma cristalizada a cultura de uma determinada sociedade, ou seja, a cultura na qual ela está inscrita. Por outro lado, a língua representa o papel de “mito fundador, o qual tenta fixar identidades nacionais, tornando-se exemplo importante de essencialismo cultural” (SILVA, 2000, p.85). Neste sentido, a língua é um instrumento de poder que resguarda a identidade nacional.

Através da língua o homem se constitui como sujeito e se percebe diferente, pois “faz parte do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito (o da modernidade e o da contemporaneidade) ter de referir-se a uma pátria para ter uma identidade nacional” (ORLANDI, 2004, p.131), ou seja, na Amazônia Sul Ocidental a diferença linguística pode ser interpretada como uma forma de manutenção das “identidades nacionais”.

A definição de identidade, segundo Silva (2000, p.77), “é resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais”. Deste modo, entendemos que as identidades linguísticas são estruturadas na infância, no momento em que o indivíduo se insere no processo de interação com os familiares e segue em constante mudança à medida que este se insere em outros grupos sociais. Ao passo que as identidades “flutuam no ar”, como metaforicamente ilustra Bauman (2005) o signo linguístico só terá sentido se constituído historicamente dentro do grupo do qual o indivíduo faz parte. Entretanto, as discussões acerca da “identidade” do sujeito trazem em seu cerne a visão de múltiplas “identidades”, efêmeras e instáveis, gerando uma relação conflituosa entre a “identidade” construída socialmente e a subjetividade do indivíduo.

No passado, evitar o bilinguismo significava evitar o pluralismo religioso e significava também impor o poder colonialista, pois “na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua” (SANTIAGO, 2000, p.14). Entretanto, a efemeridade é um atributo do homem e da sociedade e no que se refere ao fator linguístico e a efemeridade da língua implica na evolução desta como fenômeno histórico-social.

Convém ponderar ainda acerca do empreendimento de livrar os povos da “ignorância e barbárie” a que se achavam reduzidos, através da unificação em uma única língua, sob o pressuposto de cristianizar e civilizar. Em toda a América Latina, o desígnio de unificar através de uma língua obteve o devido êxito nos países, hoje de língua espanhola, ainda que não tenham tido o mesmo “sucesso” do empreendimento português, visto ainda se conservarem diversas línguas indígenas, a exemplo do quéchua e aymara nos países andinos e do Guarani no Paraguai. Contudo, não sem lutas, não sem combates, não sem guerra cultural e linguística. Durante trezentos anos se combateu no Brasil uma diversidade de línguas indígenas e negras contra uma branca (RODRIGUES, 1985,

p. 26). Na América Latina o combate persiste abertamente e no Brasil algumas poucas línguas indígenas lutam para sobreviver.

O RESGATE DA LÍNGUA QUÉCHUA

Uma língua geral foi um dos êxitos mais importantes na ideia de unificação dos povos andinos que os Incas tiveram, sustenta-se que tenha sido o Inka Pachakutec que declarou a língua quéchua como oficial para todo o Império do Tawantisuyo, dentro do contexto multilíngue existente. O Tawantisuyo agregava o que na atualidade é o Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Argentina e Chile.

O quéchua teria uma antiguidade de cerca de cinco mil anos e se originado no Peru, tendo havido um deslocamento e expansão sucessiva em tempos antigos; anteriormente aos Incas também houve um processo de deslocamento em virtude de movimentos populacionais e mudanças demográficas, substituindo o aymara como língua local em Lima, Cusco, Puno e parte de Apurímac. Deste modo, as variedades de quéchua faladas nessas regiões mantêm características fonológicas do aymara antigo. Posteriormente, difundiu-se substituindo antigas línguas locais, hoje inexistentes.

No Império Inca o quéchua se transformou na língua geral para comunicação entre os povos que falavam diferentes línguas e se consolidou como língua da administração e controle, bem como para a transmissão de saberes⁵, por isso o conhecemos como a língua dos Incas, embora falassem as línguas puquina e aymara.

O quéchua significa *valle templado* (vale [de clima] agradável)⁶, é também chamado *runasimi* (língua de gente), ou ainda *teqsi simi* (a boca do mundo, linguagem do universo). É considerado Patrimônio Cultural Imaterial para nações andinas e atualmente ainda é falado no Peru, Bolívia, Equador, noroeste da Argentina, norte do Chile e sudoeste da Colômbia, países que compuseram o Império Inca, se estimando em mais de dez milhões de *quechuhablantes*, ou seja, pessoas que falam quéchua. A língua foi ainda utilizada na evangelização dos povos andinos pelos missionários espanhóis, contribuindo assim para sua expansão e consolidação mesmo após a conquista. O nome quéchua é mencionado pela primeira vez no ano de 1560 pelo Frei Domingo de Santo Tomás⁷, o qual escreveu a mais antiga gramática de língua quéchua (VILLANUEVA, 2018).

Entretanto, após a rebelião de Tupac⁸ Amaru II esta língua foi proibida, discriminada e motivo de exclusão social, por esta razão deixou de ser transmitida às novas gerações, ocasionando um retrocesso em sua vitalidade. Somente a partir de 1975 foi reivindicada como língua oficial no Peru, que desde então promove muitas ações e planos no intuito de conservar e expandir o número de *quechuhablantes*.

5 Ensina-se que os Incas desconheciam a escrita, entretanto, o pesquisador peruano Antonio Huilca Huallpa, argumenta que de acordo com suas pesquisas de vários anos, a escrita dos Incas era o "*Qapaq qipu - Teqsi simi*" (Qapaq qipu: nó volumoso, amplo conhecimento - Teqsi simi: a boca do mundo; a linguagem do universo). O nome do sistema de escrita era *qapaq qipu*, o qual correspondia aos Quipus (conjuntos de linhas com nós utilizados como arquivos) e Tocapus (tecidos coloridos adornados com figuras geométricas comparadas aos hieróglifos) e o idioma era o *teqsi simi*. Os quipus y tocapus quase foram destruídos totalmente pelos espanhóis e esses mesmos mudaram o nome do idioma de *teqsi simi* para quéchua. Desse modo, pressupõe-se que os Incas teriam tido um sistema de escrita parcialmente decodificado por este pesquisador.

6 Tradução Livre. *Valle Templado* se refere ao lugar de origem dos primeiros povos que falavam o quéchua, a saber, Apurímac, no sul do Peru.

7 Missionário espanhol que evangelizou o Peru de 1540 até sua morte em 1570, aproveitando seu contato com os povos locais para aprender seu idioma e seus costumes.

8 Tupac Amaru II foi o último rei da dinastia real Inca. Era elegante, culto e rico criador de llamas, educado por jesuítas. Entretanto insurgiu-se contra a Coroa Espanhola em virtude da discordância do sistema de impostos cobrados. Foi morto juntamente com sua família em 1781, contribuindo para o processo de independência do Peru e de toda a América Latina.

A partir da década de 1950, no intuito de realizar um plano de alfabetização, houve muitas controvérsias nos Andes até se chegar à instituição de um alfabeto para as línguas quéchua e aymara. Inicialmente em 1954 o Presidente boliviano Victor Paz Estenssoro instituiu um alfabeto para ambas. Depois em 1968 o presidente Rene Barrientos reconheceu um alfabeto apenas para o aymara o que anarquizou a situação, pois o anterior havia sido para as duas línguas. Ainda em 1968, por essas controvérsias e porque o alfabeto oficial era inconsistente, surgiu um alfabeto fonêmico elaborado por Juan de Dios Yapita⁹. Em 1983 devido à existência de vários alfabetos incoerentes, por iniciativa do “Servicio Nacional de Alfabetización y Educación Popular (SENALEP), com a participação de organismos estatais acadêmicos, sindicais e populares convocou-se um seminário internacional chamado “Hacia una Educación Intercultural y Bilingüe”, a fim de solucionar a anarquia gerada em consequência da existência de vários alfabetos e unificar os alfabetos quéchua e aymara. O evento foi realizado na cidade de Cochabamba – Bolívia, mas estavam presentes representantes do Peru e Equador (AJACOPA, 2007).

No Peru apenas recentemente, em 1975 o General Juan Velasco Alvarado reconheceu a língua quéchua como idioma oficial. A partir desse mesmo ano o dia 27 de maio é comemorado como o “Dia do Idioma Nativo”. A esse respeito o poeta, crítico literário, filólogo, linguísta e professor Alberto Escobar declarou:

Após um período de utilização do quéchua como via de acesso e influxo à população conquista e de proselitismo conduzido pelos catequizadores da Igreja Católica, em 1780, em virtude da revolução de Tupac Amaru, seu uso foi legalmente proscrito do ensino formal e estigmatizado política e socialmente. A independência do Peru e o estabelecimento da República não devolveram à língua quéchua seu alcance nem modificaram o status discriminado que correspondia a seus falantes (ESCOBAR, 1975, p.61).

Mesmo com um recente censo realizado no Peru em 2017, não foi possível constatar a quantidade exata de *quechuablantes* nesse país, pois por razões de discriminação muitos negam que falam ou entendem a língua. Estima-se que no Peru existem quatro milhões e na América do Sul se estima que sejam até dez milhões, a maioria no Peru e na Bolívia.

Existiram vários alfabetos para as línguas quéchua e aymara. Muitos foram enfocados com critérios empíricos de simples ajuste ao castellano e latim. Muito poucos foram criados com a intenção de preservar e desenvolver a língua quéchua com base na linguística. Outros optaram por critérios políticos de extinção e *castellanización*. As tentativas para instituir um alfabeto para as línguas nativas remontam desde as incursões para evangelizar os nativos, a partir de 1533, com a chegada de Francisco Pizarro.

A adoção de um alfabeto, com a possibilidade utilizar as cinco vogais latinas, com a perspectiva de que com o tempo o alfabeto seria aperfeiçoado, ainda gerou intransigências, uma vez que muitos creram que seria para não fugir ao costume castellano de se escrever com cinco vogais.

Todavia, isso se deu pela falta de um estudo técnico, pois não há parentesco ou tipologia alguma entre as línguas andinas e as línguas indoeuropéias. Após a realização de análises linguísticas mais apuradas, verificou-se que o quéchua e o aymara não possuem cinco vogais como o castellano, senão apenas três, a saber, /i/, /a/, /u/, com vários alófonos, variações e gradações. Assim haviam suspeitado os autores coloniais e pós-coloniais, como Domingo de Santo Tomás ao escrever acerca da duvidosa existência das vogais /e/ e /o/, muito antes do surgimento da linguística.

⁹ Linguista boliviano especialista na língua aymara.

Em 18 de novembro de 1985 (Resolução Ministerial nº 12185 do Governo Peruano), se oficializou os alfabetos para as línguas quéchua e aymara. O alfabeto quéchua é chamado *Achabala*. Especificamente para o estudo do quéchua ou *runasimi* se estabeleceu as seguintes variedades:

- Alfabeto da região norte (Lambayeque e Cajamarca – com 21 letras):
a ch ê ch' i k l ll m n ñ p q r s sh Sh' t u w y
- Alfabeto da região central(Ancash, Huánuco, Cerro de Pasco e Junín – com 25 letras):
a aa ch ch h i ii k l ll m n ñ p q r s sh sh' t ts u uu w y
- Alfabeto da região amazônica (San Martín e Loreto – com 22 letras):
a b ch d g h i k l ll m n ñ p r s sh t ts u w y
- Alfabeto da região sul (Ayacucho, Huancavelica, Apurímac, Cusco, Puno, Arequipa e Moquegua - com 21 letras):
a ch chh ch' h i k kh K' l ll m n ñ p ph p' q qh q' r s t th t' u w y

Nos países andinos *quechuhablantes* (conforme já citamos, Peru, Bolívia, Equador, norte do Chile, noroeste da Argentina e sudoeste da Colômbia) existem variedades regionais do quéchua, em grande parte similares à variedade Ayacucho – Chanka, a qual possui 18 letras conforme demonstrado abaixo, cuja variedade é a mais utilizada para o aprendizado, uma vez que possuem escrita simples e por não apresentar dificuldades na pronúncia, se comparada ao castelhano:

a ch h i k L ll m n ñ p q r s t u w y

No entanto, a partir das pesquisas realizadas para o estudo da língua quéchua (escrita e falada), cremos ser necessário normatizar a escrita com um alfabeto único que permita ler e escrever de uma forma única, normatizando as regras gramaticais e ortográficas, o que conforme já se comprovou com as línguas portuguesa, inglesa e espanhola, faladas em diversos países de vários continentes, não prejudicará a maneira de falar nem a oralidade, tampouco interferirá nas distintas identidades regionais andinas.

Dispersar regionalmente o quéchua, que outras vezes já foi resgatado, é um risco para sua vitalidade, um risco de torná-la mais uma língua em processo de extinção.

Qualquer idioma está relacionado com a história e memória de um povo. O idioma está intrinsecamente relacionado aos conhecimentos e visões de mundo e à sua transmissão às futuras gerações, por isso é importante a preservação do quéchua, a fim de preservar e transmitir os conhecimentos milenares em agricultura, alimentação saudável, medicina, astronomia, dentre tantas outras áreas de conhecimento desenvolvidas pelos povos andinos. Já não restam dúvidas acerca da importância das línguas indígenas, o tempo encarregou-se de corroborar com esta afirmação. Ainda que o problema para a instituição de alfabetos tenham sido controversos e dolorosos, não há que se pensar em uma latinização do quéchua, cremos que seja uma etapa superada pelas investigações linguísticas. Resta ainda seguir caminhando para a consolidação e uso correto da língua através de estudos semânticos e lexicografia, pois o quéchua é o maior símbolo de identidade do mundo andino.

REFERÊNCIAS

- AJACOPA. Teófilo Laime. **Dicionário Bilingue quéchua-castellano**. La Paz, 2007.
ESCOBAR, Alberto, et.al. Peru país bilingue. Instituto de Estudios Peruanos. Lima, 1975.
BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
FOUCAULT, Michel. Outros espaços In: MOTTA, Manoel de Barros (Org.). **Estética: literatura e**

- pintura, música e cinema.** Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos e Escritos III), 2001. p. 411-422.
- LLOSA, Eleana. **La batalla por la interoceánica en el sur peruano: localismo o descentralismo?** Lima: IEP, 2006.
- MANN, Charles C. **1491: novas revelações sobre as Américas antes de Colombo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do simbólico. Campinas: Fontes, 2004.
- QUIJANO, Anibal. **El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina.** Disponível em <http://www.democraciasur.com/regional/QuijanoMovIndigenaAL.htm> Acesso em 05/01/2009.
- RODRIGUES, José Honório. **História viva.** São Paulo: Global, 1985.
- RUIZ, Humberto Mercado. **Origen Historico del Departamento Pando.** La Paz: Edite Publicaciones, 2010.
- SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependencia cultural.** 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a proposta dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- VILLANUEVA, Arturo Ismael Cabrera, et. al. **Quechua para todos.** Almilgraf. Lima, 2018.

DATA SUBMISSÃO 04-04-2019
DATA APROVAÇÃO 04-05-2019